

:::INFORMATIVO:::

Seção de Divulgação Social - Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária de São Paulo - nº 41

OS 180 NOVOS SERVIDORES CHEGARAM



Os novos servidores trazem uma vantagem sobre seus antecessores e consolidam uma nova sistemática de trabalho: eles vão chegar treinados às suas respectivas lotações e vão permitir que se dê vazão aos pedidos para alteração de lotação que remontam a 1999 e que dependiam de reposição imediata.

[leia mais pag.01](#)

2ª Jornada de Estudos em Marília



Com a palestra "Administração da Justiça e Eficiência", o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas encerrou a 2ª Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Centro Oeste. O desembargador falou para uma platéia constituída em sua maioria por estudantes de Direito e iniciou com um aviso: "tudo está para ser feito, nada está em definitivo".

[leia mais na pag. 02](#)

Varas Testam Leitores Óticos Sem Fio



Desde a instalação dos primeiros leitores óticos (com fio) nas varas, ocorrida em 2001, começaram a surgir pedidos de equipamentos com cabos de longo alcance que pudessem cobrir a distância entre o computador e os escaninhos. Foi quando surgiu a idéia do leitor ótico sem fio.

[leia mais na pag 04](#)

Fórum de Debates

A tecnologia avança. É como se a cada dia surgisse um novo software permitindo novas aplicações em todas as áreas do conhecimento. Transações financeiras, comerciais, pessoais, quase tudo pode acontecer no mundo virtual.

Transações legais e transações "não tão legais". Diante dessa nova realidade, pergunta-se: A Justiça está preparada para julgar os crimes que envolvem tecnologia?

[leia mais na pag. 03](#)

A Oficina de Redação está aberta, SEJA BEM-VINDO!

Uma nova política está surgindo, voltada para a valorização dos recursos humanos e as respostas já começam a chegar. Assim, pouco a pouco, os próprios servidores estão criando novos espaços

de atuação em prol da Instituição. A Oficina de Redação é um espaço novo. Leia entrevista com o servidor Gerrinson Rodrigues de Andrade

[leia mais na pag. 9 e 10](#)

E mais:

[A JF/SP promove Curso de Execução Orçamentária e Financeira](#)

[pag 05](#)

[Telegrama Via Internet chega à Justiça Federal Feira Livre](#)

[pag 06](#)

[pag 07](#)

[pag 08](#)

[Vídeo - Um filme falado](#)
[Os grandes fotógrafos - Lewis Carroll](#)
[Amor Sublime - Angélica Olivieri](#)
[Publicações - Livros](#)
[Parabéns Osasco](#)
[Distribuição de Mudanças](#)
[D.O via Internet](#)
[Natal Solidário](#)
[Arrecadação de Alimentos](#)
[Impressoras com defeito](#)
[Casas André Luis](#)

OS 180 NOVOS SERVIDORES CHEGARAM

A maior parte dos novos analistas e técnicos é formada em Direito, mas não faltam engenheiros, administradores, professores, historiadores, processadores de dados...



Os novos servidores assistem aula sobre práticas processuais ministradas pelo Diretor Ricardo Nakai (19ª Vara Cível)

Os novos servidores trazem uma vantagem sobre seus antecessores e consolidam uma nova sistemática de trabalho: eles vão chegar treinados às suas respectivas lotações, e vão permitir que se dê vazão aos pedidos para alteração de lotação que remontam a 1999 e que dependiam de reposição imediata.

No primeiro caso, eles atendem reivindicação geral dos diretores que, na falta desse treinamento, preparavam da forma que entendiam conveniente os que chegavam às suas varas. No segundo caso, a movimentação dos servidores antigos para novas áreas de trabalho oferece a possibilidade de se encontrar o local mais adequado ao seu perfil profissional, entre outras vantagens.

Os novos servidores serão distribuídos na Capital e no Interior. Se o número deles não contempla todas as necessidades de 42 fóruns (dez deles inaugurados nos últimos dois anos), pela primeira vez, eles chegarão treinados.

O que mudou

De setembro a outubro, 180 concursados (90 analistas e 90 técnicos) começaram a chegar. Eles tomaram posse na Seção de Acompanhamento Funcional (SUAF) e foram imediatamente encaminhados a Seção de Treinamento (SUTR) para uma semana de curso. Enquanto recebiam treinamento, a SUAF cruzava as opções de lotação de cada um com o mapa de vagas disponíveis em toda a Seção Judiciária e com os pedidos de relocação dos antigos. No último dia do curso, os novos ficavam sabendo onde seriam lotados.

Numa primeira etapa, o critério para distribuição dos novos levou em conta os locais com maior necessidade, isto é, com menor força de trabalho e o maior volume de processos em trâmite. Depois, dentro das possibilidades, as preferências de lotação dos novos e de relocação dos antigos. "No momento, a prioridade de atendimento são as Varas e o Juizado", foi logo esclarecendo Joceli G. Castelfranchi, supervisora da SUAF.

Para Gisele Molinari da Silva, servidora da SUAF, "conciliar todos os interesses envolvidos sem fugir dos critérios objetivos e claros definidos pela Diretoria do Foro é um trabalho árduo, mas gratificante". A entrada dos novos tem sido, efetivamente, a chance de se promover a movimentação dos antigos que, por sua vez, realizam, dentro da própria instituição uma espécie de reciclagem profissional. Servidores de fóruns cíveis, com predominância de ações tributárias, deslocam-se para fórum previdenciário, fórum de execução fiscal, outros para fóruns criminais ou juizados especiais e mesmo para o administrativo, transitando às vezes, do Interior para a Capital e vice-versa.

"Essa movimentação", diz Gisele, "não deixa de ser uma forma de ampliar relacionamentos interpessoais, de trocar conhecimento, e se reflete num ser humano mais rico e numa instituição melhor."

O grande salto

Rosa Maria do Prado, supervisora da SUTR, conta que em setembro, o Núcleo de informática (NUIF) colocou em operação uma sala de computadores nas dependências do Treinamento, reproduzindo o ambiente das varas, que deu um novo impulso aos trabalhos. "Com a nova sala, os conteúdos relacionados à Intranet, GroupWise e sistema MUMPS/Cachê são transmitidos em aulas práticas, utilizando um ambiente de treinamento com números fictícios de processos. "Este foi um dos maiores ganhos que tivemos nos últimos treinamentos."

Rosa conta ainda que a mudança começou a acontecer a partir da 9ª Turma, com a grande vantagem dela ter sido a primeira com servidores que ainda não estavam lotados. "O uso de computadores para treinar a rotina cartorária vai facilitar muito a adaptação dos novos às atividades que vão realizar, até porque eles chegam sem a menor noção do que é uma vara."

De 15 de setembro a 20 de outubro, dez turmas foram treinadas. Nessas turmas os questionamentos foram menores do que nas turmas anteriores, com pessoas recentemente lotadas. Em decorrência, Rosa sugere que depois de um tempo de lotação, eles retornem para aperfeiçoamento e esclarecimento das dúvidas que possam surgir.

Cooperação e diversidade

Em fevereiro deste ano, uma semana após assinada a Portaria n.º 3/DF (16/02/2005), a SUTR convocou a primeira Turma para o então projeto-piloto "Treinamento para Prática Cartorária". Na época, 15 servidores recém ingressados foram chamados das Varas para um curso de quatro dias. O projeto deu certo e seu conteúdo inicial se ampliando e se tornando mais direcionado. A 6ª turma incluiu a rotina de varas criminais, a 7ª acrescentou rotinas previdenciárias, a 8ª, rotinas da execução fiscal... o curso era realizado uma vez por mês.

A marca do Treinamento têm sido a cooperação dos professores e a diversidade dos alunos. Desde o início dos trabalhos, Rosa conta com a ajuda de diretores e supervisores de varas que reservam algumas horas de seu dia para dar aulas sobre conteúdos específicos (cível, previdenciário, execução fiscal e criminal), com servidores da O&M para assuntos gerais (intranet, GroupWise), com a SUAF para noções de ética e com sua própria equipe cuida das dinâmicas de integração, de expectativas e até de incentivo. "Tem sido uma experiência maravilhosa lidar com os medos, receios, fantasias e ansiedade dos novos, e isto também facilita a adaptação."

O nível geral dos novos é alto, dizem os professores do Curso, e o interesse é muito grande. Boa parte deles, analistas ou técnicos, é formada em Direito, outros vieram da engenharia, do processamento de dados, curso de letras, ciências contábeis, administração, história, matemática, cada um com uma bagagem de experiência que inclui até mesmo uma delegada de polícia.

Perguntados sobre os motivos que os trouxeram à Justiça, os novos revelam grande expectativa pela carreira, seguida pela estabilidade e pela garantia de aposentadoria, depois crescimento pessoal e profissional, ajudar o jurisdicionado, especialmente o dos fóruns previdenciários, e ser feliz.

Reportagem: Dorealice de Alcântara e Silva
Fotos: Giuseppe Campanini

2ª Jornada de Estudos em Marília leva a Justiça à Universidade

Com a palestra Administração da Justiça e Eficiência, o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas encerrou a 2ª Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Centro Oeste. O desembargador falou para uma platéia constituída em sua maioria por estudantes de Direito e iniciou com um aviso: "tudo está para ser feito, nada está em definitivo". Lembrou que, no Brasil, existem 91 tribunais, cada um com autonomia administrativa e financeira e concluiu com conselhos ao público jovem. A 2ª Jornada foi realizada na Universidade de Marília (UNIMAR), nos dias 12 a 14 de setembro e encerrada no dia 3 de outubro. Como no ano anterior, o evento foi uma parceria entre a 11ª Subseção Judiciária e a Associação Cultural Esportiva e Recreativa dos Servidores da Justiça Federal (ACERJUF), que contou com o apoio da Escola de Magistratura (EMAG), Associação dos



auditório da UNIMAR em Marília

Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Associação dos Juizes Federais do Estado de São Paulo (AJUFESP), Universidade de Marília (UNIMAR) e patrocínio da Caixa Econômica Federal. Vladimir Passos de Freitas foi presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no período de 2003/2005. Em sua palestra, defendeu a criação do Conselho Nacional de Justiça para, entre outras atribuições, criar uma política única. "A administração da Justiça não é mais um problema só do juiz, a sociedade também quer participar e a perfeição virá da soma de muitas medidas, como um quebra-cabeça, uma série de ações em que todos estejam envolvidos." Contou que o Brasil começa a estudar a administração da Justiça, diferentemente dos EUA, cujos estudos datam de 1930, iniciados por pressão da Ordem dos Advogados daquele país e que resultaram no Centro Nacional de Estudos e no Colégio Nacional Judicial. Aqui, "os Tribunais ainda tomam medidas isoladas". Vladimir Passos perguntou, "quem pode mudar?" e respondeu, "a meu ver, a responsabilidade cabe às lideranças dos Tribunais, e o primeiro ingrediente é querer mudar. Depois, as iniciativas cabem aos juizes de 1º grau em suas varas." As boas idéias germinam, ele garantiu.

O mundo mudou

A década de 60, na visão de Vladimir Passos, funcionou como um divisor de águas, "o mundo era estático, as decisões eram 'isto ou aquilo'". No Brasil, com a nova Constituição (1988), surgiram novas causas, a sociedade passou a cobrar mais do Poder Público, grande questões passaram para o Judiciário que passou a influir nas políticas públicas através de suas decisões e mesmo a decidir sobre assuntos ainda não disciplinados, como a união entre homossexuais. Mudou o perfil do juiz, "o do passado não conversava com ninguém, o moderno se comunica com as pessoas, faz suas baladas e é um grande juiz". O juiz, aliás, é figura principal nas mudanças propostas pelo palestrante que o definiu como um líder menos hierárquico, mais solidário, atento às mudanças sociais, aberto às críticas, inclusive da mídia. Seu papel é convencer as pessoas a trabalharem com ele; por isso ele ajuda e investe no funcionário; calcula e assume riscos. "O exemplo vem da cúpula", resumiu Vladimir Passos. Para agilizar os Tribunais, o palestrante defendeu o uso de súmulas e especialização das Turmas; para a 1ª Instância, recomendou igualmente a especialização das Varas. Defendeu as contribuições externas para o aprimoramento do Judiciário, citando o exemplo da Vara Ambiental criada em Florianópolis e proposta inicialmente pelo Ministério Público; elogiou as comissões de estudo da OAB e conclamou as universidades para incentivarem e publicarem pesquisas. Vladimir Passos Freitas encerrou sua palestra com conselhos aos estudantes: "ouvir pessoas experientes;

estudar; ler romances, ir ao teatro, ao cinema, praticar esporte; estabelecer e não se afastar das metas; nunca desanimar e administrar a vida pessoal porque bom profissional, disse, "é bom pai, bom marido e bom filho."

Balço: Justiça, universidade e caridade

Justiça - Numa avaliação inicial, Alexandre Sormane, juiz federal coordenador da Subseção de Marília considerou a 2ª Jornada uma forma de ação social da Justiça na sociedade. "Os palestrantes vieram de graça, doaram tempo e conhecimento para a Jornada. Escolheram os próprios temas de acordo com o público alvo e abordaram aspectos teóricos e práticos, transferindo a experiência acumulada em suas vidas para estudantes de Marília e de cidades vizinhas que compareceram ao evento (Tupã, Assis, Pompéia)". O vice-presidente do TRF3, desembargador federal Baptista Pereira, tratou de Recursos Especiais e Extraordinários, que são atribuições específicas do cargo que ocupa. Da mesma forma "Psicologia do Testemunho" e "Curiosidades da Prova Testemunhal", foram assuntos abordados pelos desembargadores do TRF3, Suzana Camargo e Nelson Agnaldo dos Santos, assuntos aos quais possuem larga experiência, e "A coisa julgada inconstitucional", do Dr. Cristiano Mazeto, advogado em Marília. Universidade - Servio Tulio Marques de Castro, diretor da Faculdade de Direito da Unimar, resumiu o evento e delineou o próximo: "A Faculdade de Direito, tendo como missão precípua a integração social e jurídica de seus acadêmicos como futuros Operadores do Direito, vê na realização de jornadas como essas uma oportunidade ímpar de atingir estes objetivos. A Segunda Jornada de Estudos da Justiça Federal do Centro-Oeste Paulista, assim, somou conhecimentos jurídicos a nossos acadêmicos, mas não só principalmente, aproximou-o do Sistema Judiciário Federal, suas particularidades e especificidades, ativando, portanto o objetivo traçado." Para uma próxima jornada, Servio propõe incrementar o rol de atividades, promovendo debates, além de um espaço para apresentação de trabalhos científicos que versem sobre temas relativos à Justiça Federal. Caridade - "A semana jurídica demonstrou que o Judiciário tem a preocupação de se aproximar da sociedade e do público acadêmico." Traduzida em números a afirmação da presidente da ACERJUF, Maria Sílvia Cabrini Belan, significou 350 inscritos que proporcionaram uma coleta de 776 quilos de alimentos não perecíveis e 114 pacotes de fraldas geriátricas, divididos entre duas entidades filantrópicas da cidade: Casa do Caminho, que abriga 49 idosos carentes, e Toca de Assis, que recolhe moradores de rua, atualmente com 15 homens.



palestrantes



público formado em sua maioria por estudantes de direito da UNIMAR



convidados



Juiz substituto Flademir Jerônimo B. Martins, presidente da comissão organizadora do evento, homenageia a Desembargadora Federal Suzana Camargo



servidores da ACERJUF



Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas

A tecnologia avança. É como se a cada dia surgisse um novo software permitindo novas aplicações em todas as áreas do conhecimento. Transações financeiras, comerciais, pessoais, quase tudo pode acontecer no mundo virtual. Transações legais e transações “não tão legais”. Diante dessa nova realidade, pergunta-se:



A JUSTIÇA ESTÁ PREPARADA PARA JULGAR OS CRIMES QUE ENVOLVEM TECNOLOGIA?

Nino Oliveira Toldo
Juiz Federal titular da 10ª Vara Criminal de São Paulo

Alessandro Diaferia
Juiz federal titular da 2ª Vara de Araçatuba

Em primeiro lugar é preciso saber o que vem a ser “crime que envolva tecnologia”. Com efeito, muitos crimes podem envolver o uso de tecnologia. No furto à sede do Banco Central em Fortaleza, por exemplo, os criminosos usaram a tecnologia GPS (Global Positioning System) para perfurar o túnel que levou até o cofre do banco. Contudo, penso que a pergunta não se refere a isso, mas aos crimes praticados na internet, a rede internacional de computadores.

E quais crimes podem ser praticados pela internet? Vários. Para ficar em alguns exemplos, os mais comuns são os praticados pelos chamados hackers, que, valendo-se de programas específicos, invadem computadores alheios para obter senhas pessoais e, desse modo, acessar as respectivas contas bancárias, causando enormes prejuízos a clientes de bancos. Outro crime que tem se tornado bastante freqüente na rede (net) é a exposição, envio e transferência de imagens eróticas envolvendo crianças, a chamada pedofilia.

Não tenho dúvidas de que a Justiça está preparada para julgar tais crimes, pois não há necessidade de maior especialização por parte dos juizes para lidar com casos dessa natureza. A materialidade é facilmente comprovada, pois, ao contrário do que muita gente pensa, o crime praticado pelo computador deixa rastro. Em linguagem simples, todo computador tem uma identidade, o IP (Internet Protocol), que permite o acesso às páginas da rede internacional de computadores (internet). Cada vez que alguém acessa uma página (www), deixa-se o registro do acesso, de modo que, caso a operação realizada constitua algum dos crimes antes mencionados, a prova da materialidade (ocorrência do crime) é facilmente obtida. Da mesma forma, e pela mesma razão, a autoria, eis que ali há, registrado, o endereço de quem acessou determinada página.

A dificuldade está, muitas vezes, em definir o local do crime, na medida em que alguém em Hong Kong, por exemplo, pode estar acessando uma página localizada na Alemanha para obter um vídeo erótico envolvendo criança e, em seguida, enviá-lo ao Brasil. O crime passa a ser transnacional e, por isso, deve envolver diversas polícias para que se chegue ao autor.

Mas isso tudo, como disse, não exige maior especialização do juiz. Apenas há necessidade de maior integração entre os órgãos de prevenção e repressão ao crime (polícia, Ministério Público e magistratura), bem como a familiarização do magistrado com a linguagem moderna da internet para que a Justiça seja feita, alcançando-se aqueles que, desprezando o bem que a tecnologia pode dar à humanidade, usam-na para fins mesquinhos e moralmente condenáveis, que, não raras vezes, são tipificados como crime pela legislação de diversos países, os quais se unem para combatê-los por meio de acordos internacionais.

Penso que a Justiça, no atual momento, não está suficientemente preparada para julgar rápida e adequadamente os crimes cuja prática envolva a utilização de meios tecnológicos avançados. Dois contextos interligados me impedem de pensar diferente: 1) o arcabouço normativo em vigor; e 2) a deficiência crônica da estrutura do Judiciário.

Quanto ao arcabouço normativo em vigor, evidentemente que os crimes cuja prática envolva a utilização de alta tecnologia deverão ser submetidos a julgamento. E o serão de acordo com o processo penal que o nosso ordenamento lhe assegura. Todavia, não há como negar que nossa legislação nem sempre acompanha efetivamente o progresso tecnológico, tanto no aspecto da tipificação de crimes, quanto no tocante à persecução penal, aqui abrangidas a fase de investigação e o processo. Na verdade, não se nega a dificuldade em que a legislação acompanhe os progressos tecnológicos, seja no que se refere aos benefícios, seja no que concerne aos malefícios trazidos com a evolução da tecnologia; a evolução da tecnologia é realmente muito veloz. Todavia, sabedor dessa circunstância, nosso Poder Legislativo deveria ponderar melhor sua ordem de prioridades na elaboração de nossas leis, além de procurar inteirar-se da nova realidade e exercer sua missão institucional de forma eficaz nesse aspecto.

Relativamente à deficiência crônica da estrutura do Poder Judiciário, considero que as restrições orçamentárias atualmente em vigor inviabilizam a existência de um número de juizes e funcionários compatível com o volume de serviço. Além disso, o binômio “informática x processo” ainda não traz os resultados desejados em termos de celeridade processual, tanto pela carência de recursos materiais e humanos (aqui novamente recaímos nas mencionadas restrições orçamentárias), quanto pela própria timidez do legislador em atualizar as leis processuais sob a perspectiva da nova realidade tecnológica existente, aproveitando o que ela poderia oferecer em prol do combate à criminalidade. Assim, levando em consideração o contexto acima retratado, sob as duas problemáticas referidas, não vejo como o Poder Judiciário possa exercer o seu papel institucional de forma adequada, célere e plenamente atenta às garantias constitucionais do devido processo legal, ao se deparar com essa nova forma de criminalidade.



Fotomontagem: Helio Martins Jr.

VARAS TESTAM LEITORES ÓTICOS SEM FIO



Desde a instalação dos primeiros leitores óticos (com fio) nas varas, ocorrida em 2001, começaram a surgir pedidos de equipamentos com cabos de longo alcance que pudessem cobrir a distância entre o computador e os escaninhos. Foi quando surgiu a idéia do leitor ótico sem fio.

"Na intenção de ler os códigos de barras dos processos sem precisar deslocá-los para as estações de trabalho, os usuários uniam os cabos de diversos leitores para alcançar as prateleiras. Essa prática acabou acarretando dano em diversos equipamentos, tendo em vista que os mesmos não foram produzidos para essa finalidade", conta Leonardo Ponzetto, servidor da Seção de Microinformática.

Os testes com os leitores óticos sem fio já foram realizados nas 1ª, 6ª e 22ª Varas Cíveis (Fórum Pedro Lessa) e na 3ª Vara de Execuções Fiscais. A variação dos locais se deve pela diferença de disposição entre as secretarias.

Mais agilidade operacional

Para a diretora da 6ª Vara Cível, Cilene Soares, em época de inspeção geral e correição ordinária, quando é obrigatória a contagem física dos processos, a vara vai ganhar agilidade com o leitor ótico sem fio. "Ele vai agilizar porque não será necessário retirar os processos dos escaninhos para levá-los até o computador mais próximo. O servidor poderá efetuar a leitura dos processos no local em que eles se encontram". A melhoria na dinâmica dos trabalhos se iniciou quando os leitores óticos com fio começaram a ser usados. "Antes da existência desses leitores era preciso digitar, um a um, o número do processo. Com a chegada do equipamento, o lançamento no sistema ficou infinitamente mais rápido, principalmente quando temos vários processos com o mesmo andamento", diz Cilene. "Os leitores óticos com fio são ótimos, somente não atendem a todas as necessidades quando da realização das inspeções e da correição".

Testes identificam principais necessidades

Iniciado em agosto desse ano, os testes com leitores óticos sem fio apontaram alguns desafios para sua implantação. Já foi constatado, por exemplo, que a transmissão dos dados via "online" não será possível em virtude da disposição dos escaninhos nas varas. "A tecnologia mais provável a ser adotada será a coleta de dados, pela qual o usuário vai até o local pretendido, efetua a leitura dos códigos, o aparelho registra e guarda a informação que posteriormente é descarregada no computador", conta Leonardo.

Além disso, também será necessário um trabalho em conjunto entre as seções do Núcleo de Informática (NUIF), pois foi detectada a necessidade de modificação do sistema que gera os códigos de barras com a consequente substituição das etiquetas, como também a adequação do Sistema de Acompanhamento Processual para aceitar este tipo de tecnologia.

A busca do melhor equipamento

Leitores de código de barras sem fio existem há algum tempo, porém o preço não era acessível à sua implementação em larga escala. "Hoje existem no mercado diversos modelos de leitores para este fim, com diferentes tecnologias de leitura e transmissão dos dados para o computador", diz Leonardo.

"Para verificarmos o que melhor atende às nossas necessidades já fizemos vários contatos e testes de campo". E isso inclui empresas nacionais e estrangeiras. "Na segunda quinzena de novembro vamos receber um representante de uma dessas empresas vindo da Itália para analisar o produto".

Segundo ele, para escolher o equipamento adequado é importante levar em conta a disposição dos escaninhos nas varas e a conservação dos processos. "No futuro esperamos otimizar o trabalho, como por exemplo, na contagem dos processos, publicação, remessa de autos, etc., bastando que a leitura dos dados seja feita diretamente do local onde o processo está guardado, o que agilizará sobremaneira todo o trabalho".

Mas para que tudo isso comece a funcionar, ainda há um longo caminho pela frente. "Estamos contatando outros setores e fazendo pesquisas com os usuários para realizar as mudanças necessárias. Outros locais de testes ainda serão avaliados", finaliza.



O Núcleo de Informática realiza testes com a Leitura Ótica sem fio nas Varas Federais dos Fóruns Pedro Lessa e de Execuções Fiscais

Reportagem: Ricardo Acedo Nabarro
Fotos: Giuseppe Campanini

A JF/SP promove Curso de Execução Orçamentária e Financeira



Especialista em análise de planejamento orçamentário, Francisco José Pereira da Silva, ministra aula sobre gestão pública.

Servidores da Justiça Federal em São Paulo (JF/SP) participaram do curso Execução Orçamentária e Financeira no Serviço Público, de 17 a 19 de outubro de 2005. O Instituto Nacional de Capacitação Pessoal foi a empresa contratada para prestar o serviço à JF/SP.

O curso foi ministrado pelo especialista em Análise de Planejamento e Orçamento Francisco José Pereira da Silva, que trabalha na Casa Civil da Presidência da República. O objetivo era acrescentar conhecimentos técnicos específicos e entendimento sobre a legislação pertinente da área Financeira e Orçamentária, para uma gestão pública ágil e eficaz.

Para Silva, que já ministrou o treinamento em diversos locais, como o Conselho da Justiça Federal e o Tribunal Regional Eleitoral, a Execução Orçamentária é importante para qualquer servidor público em si, que lida com dinheiro público, em especial para essa turma, que atua na área financeira. O assunto tratado vai ser de aplicação direta no trabalho de cada um dos profissionais.

Puderam participar alguns servidores que atuam em áreas Administrativas, mais precisamente: Seção de Assistência Médica e Social (SUAM), Diretoria Administrativa (DA), Subsecretaria Administrativa II (SUBII), Seção de Benefícios (SUBE), Núcleo Financeiro e Orçamentário (NUFO), Seção de Controle Interno (SUCI) e Seção de Planejamento.

Eduardo Rabello Custódio, Diretor Administrativo da JF/SP, ressalta que o curso proporciona um aprimoramento das áreas envolvidas, pois estamos tratando de receitas e de classificação das despesas, e tudo isso é importante para a formação dos expedientes, que vão originar licitações e contratos.

O curso teve a duração de 21 horas, distribuídas em três dias e aconteceu na sala de treinamento da Praça da República, no Anexo Administrativo da Justiça Federal.

Reportagem: Viviane Ponstinicoff de Almeida
Fotos: Giuseppe Campanini

Telegrama via Internet chega à Justiça Federal

Em junho deste ano, a Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo (JF/SP) firmou um contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para a utilização do "Serviço de Postagem Eletrônica" (SPE), um sistema exclusivo dos Correios que permite às empresas o envio de telegramas via Internet.

Ainda em fase experimental, quatro setores da JF estão utilizando o sistema: a Diretoria Administrativa, o Juizado Especial Federal Cível, o JEF de Osasco e a Seção de Recrutamento (RH). Este último é o que mais tem utilizado o telegrama on-line para as convocações dos aprovados em concurso. No caso dos JEFs, o uso é mais sazonal e tem a finalidade de chamar as partes e testemunhas dos processos com maior agilidade.

"A prioridade são os setores que precisam emitir telegramas em grande quantidade", diz Rogério Riston Ramos, diretor do Núcleo de Apoio

Administrativo (NUAD), responsável pelo controle das senhas que permitem o acesso ao sistema. No contrato firmado com a Justiça Federal, a ECT disponibilizou 20 senhas para o uso do serviço.

Giselle Doria, supervisora do SUAP/NURE, comemora: "só tivemos ganhos, porque ficou muito mais rápido o envio de telegramas. Na parte operacional houve a redução do tempo para preenchimento dos formulários, além de usarmos menos papel. Agora, a postagem do telegrama pode ser comparada ao envio de um e-mail, com a mesma mensagem enviada para diversos destinatários de uma só vez".

Diferentemente do "telegrama de balcão", quando o remetente vai a uma agência da ECT e paga de acordo com a quantidade de caracteres escritos, na forma eletrônica o custo é fixo por página e equivale a uma mensagem com cerca de 20 linhas.

Além da praticidade no envio das mensagens, o sistema permite ao usuário a criação e o gerenciamento de um banco de dados com os principais destinatários, podendo, ainda, armazenar seus textos. Por exemplo, se o remetente tiver que mandar cem telegramas, ele pode guardar os dados de todos os destinatários e também o texto da mensagem. O sistema armazena também as mensagens já encaminhadas, que, neste sentido, é semelhante ao "GroupWise" (sistema de correio eletrônico usado pela JF/SP). Caso o remetente mande uma mensagem com erros, ou a conexão com a ECT seja interrompida, ela fica marcada como "pendente", para ser consertada e enviada depois. Devido a essa possibilidade de falhas de digitação, além da segurança quanto ao envio, o remetente pode solicitar uma confirmação de entrega, com a respectiva cópia do documento.



Rogério Riston Ramos, Diretor do NUAD, define os telegramas via internet: "ágeis e práticos"

Tudo isso facilita o controle de custo. "Esse novo sistema, se bem utilizado, só traz vantagens. Podemos acompanhar os relatórios dos valores gastos em cada unidade que tem autorização para a utilização", diz Rogério. Por ser tão ágil, porém, o custo de um telegrama eletrônico é maior que o de uma carta registrada. Cada telegrama emitido eletronicamente custa R\$8,35 enquanto a carta sai por R\$ 5,85.

Como não há limite de quantidade para o uso do serviço, pois o telegrama é emitido de acordo com a demanda dos setores, ele deve ser usado com parcimônia. "É importante observar se há mesmo urgência no envio de mensagens on-line. Os remetentes devem verificar a necessidade de Aviso de Recebimento (AR), com o preenchimento correto do CEP", alerta Rogério.

A ECT fornece, ainda, outros serviços para a JF/SP: carta, cartão e envelope-resposta, SEDEX, encomenda normal, serviços internacionais, SEED local, compra de produtos postais, aviso de recebimento (A.R.) e, agora, o telegrama eletrônico.

Os setores interessados em utilizar o telegrama online devem entrar em contato com o NUAD através do correio eletrônico nuad@ifsp.gov.br, justificando a necessidade do serviço em razão da quantidade de telegramas postados.

Reportagem: Viviane Ponstinicoff de Almeida
Fotos: Giuseppe Campanini

Feira Livre

Se você possui algo que não lhe é mais útil e deseja trocar, doar, comprar ou vender, anuncie aqui. Não deixe de colocar nome, lotação e ramal para contato.

PERMUTA

Capital para SJCampos ou Taubaté: Técnico Judiciário, lotado na 7ª Vara Criminal da Capital, Tel. 11-2172-6607, e-mail: lbranco@ifsp.gov.br, deseja permutar para cidades de São José dos Campos/SP ou Taubaté/SP. Luiz.

JEF/Osasco para outras localidades: Analista Judiciário ("área fim"), lotado no JEF/Osasco, interesse em permutar com servidores lotados em (por ordem de preferência) São José dos Campos, Mogi das Cruzes, Taubaté, Guaratinguetá ou São Paulo. Telefones para contato: (11) 2142-8600, (11) 3826-1513 ou (12)9129-0348. Manir Edouard Khouri.

Capital para Guarulhos: Técnica judiciária lotada no protocolo geral do Fórum Pedro Lessa gostaria de permutar para o Fórum de Guarulhos. Regina de Melim Marassi. Tel: 2172-4398 ou e-mail rmarassi@ifsp.gov.br

Guarulhos para São José dos Campos: Meu nome é Ricardo Ferreira Peixoto e sou técnico judiciário, lotado na 1ª Vara de Guarulhos e tenho interesse em permutar para São José dos Campos. Contato 11 6475 8201, rpeixoto@ifsp.gov.br

Expediente:

Publicação mensal da Seção de Divulgação Social da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo. Diretor do Foro: Paulo Sérgio Domingues. Diretor da Secretaria Administrativa: Eduardo Rabelo Custódio. Projeto Gráfico/Web: Eduardo Costa. Equipe: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Eduardo Costa, Elizabeth Branco Pedro, Giuseppe Campanini, Hélio Cesário Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinicoff de Almeida. Colaboração: Gerrinson Rodrigues de Andrade.

ALUGO

Santos. Quero alugar um apartamento com 1 ou 2 quartos, de preferência na Vila Mathias (Santos) ou nas proximidades. Meu nome é Roseli e estou na Contadoria de Santos. rsiqueir@ifsp.gov.br Telefone para contato 3228-1010 ou 9128-9557

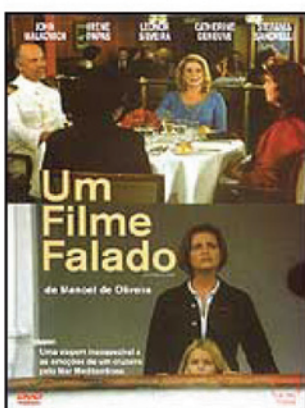
VENDO

Vende-se Apartamento Duplex Próximo ao Aeroporto de Congonhas R\$150.000,00 Lindo, completo, 1º andar com 3 quartos, sala, cozinha, banheiro área de serviço, wc empregada, 2º andar com banheiro, bar, sala com lareira e quintal com churrasqueira, prédio com área de lazer completa, playground, piscina, sauna, salão de festas grande área verde. Tratar com Andrea 3ª vara cível SP, tel 21724303 cel 82453015 ou com Cida e David após as 19:00 no tel 55240477

SUGESTÕES, CRÍTICAS, DÚVIDAS...

Escreva para :
jf-imprensa@ifsp.gov.br
ou ligue:
(11) 3338-1775

SUDS - Seção de Divulgação Social



UM FILME FALADO

Drama/Portugal-Itália-França/2003/91 min. /Manoel de Oliveira

Rosa Maria, uma jovem professora de História, embarca com a filha em um cruzeiro. O navio sai de Lisboa e atravessa o mar Mediterrâneo com destino a Bombaim, na Índia, onde seu marido a espera. Durante a travessia, enquanto visita pela primeira vez Marselha,

Pompéia, Ceuta, Atenas, as pirâmides do Egito e Istambul, Rosa vai narrando para a filha a importância desses lugares na história da civilização ocidental. No navio, um grupo de amigos chama sua atenção: uma empresária francesa de renome (Catherine Deneuve), uma famosa ex-modelo italiana, uma atriz grega e o comandante do navio, um americano de origem polonesa (John Malkovich). Mas uma estranha ameaça perturba o cruzeiro e a vida dos passageiros quando o navio atravessa o Golfo Pérsico. O final é surpreendente. Apesar de lento, o filme vale pela delicadeza em que trata a relação entre mãe e filha, pelas passagens que faz às cidades mediterrâneas e pelas valiosas lembranças das antigas civilizações. (RAN)

OS GRANDES FOTÓGRAFOS

LEWIS CARROLL
1832 - 1898

Filho mais velho do reverendo Charles Dogson, Lewis Carroll publicou em 1865 o consagrado Alice no País das Maravilhas. Apaixonado por matemática, praticou como hobby a fotografia, conseguindo através de impecável composição entre os elementos gráficos que compõe a imagem, lugar de destaque entre os grandes fotógrafos do século XIX.



Carroll se especializou em dois tipos de fotografia: retratos de pessoas importantes da época (artistas, escritores, poetas, religiosos, cientistas, professores, atores e políticos) e crianças (pequenas garotas em sua maioria). Estas fotografias foram tiradas ao longo de 24 anos, entre 1856 a 1880, sempre documentadas em seus diários. Morreu em 14 de janeiro de 1898, na casa de sua irmã em Surrey. (fonte: www.cotianet.com.br)

Publicações



Inovações da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade

Alexandre Sormani, é juiz federal da 1ª Vara de Marília. A obra é importante instrumento do controle da constitucionalidade. A Lei n. 9.868/99, a pretexto de regulamentá-los, esqueceu-se, em algumas oportunidades, do princípio da Segurança Jurídica, de suma importância para

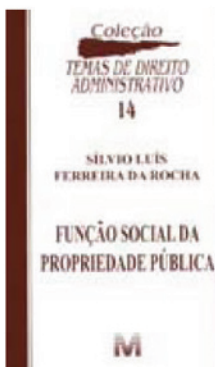
qualquer sistema de controle de constitucionalidade. Para compreender adequadamente este princípio, o autor leva o leitor a um passeio pelas bases teóricas do Direito Constitucional, com linguagem compreensível e didática e, após, analisa criteriosamente os dispositivos da lei referida, com posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, de modo a tornar compreensível os importantes instrumentos aqui abordados. Área: Direito Constitucional. 1ª edição/2004, 208 p. Este livro pode ser adquirido no site www.juarezdeoliveira.com.br.

Dignidade da Pessoa Humana - Princípio Constitucional Fundamental

Fladimir Jerônimo Belinati Martins, é juiz federal substituto da 1ª Vara de Marília. Trata-se de trabalho que estuda a expressa inclusão do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil e do Estado



Democrático de Direito em que ela se constitui e as conseqüências jurídicas que esta inovação produziu. Analisou-se a noção de dignidade da pessoa humana no pensamento ocidental, bem como as razões de sua expressa inclusão em boa parte das Constituições mundiais a partir de meados do século passado, para finalmente chegar-se ao princípio fundamental na Constituição de 1988, tal qual previsto no art. 1º, inciso III. Demonstrou-se que a dignidade da pessoa humana consiste no 'valor fonte' do sistema constitucional, conferindo-lhe unidade axiológico-normativa, de tal forma que a concretização do princípio funciona como parâmetro de aferição de legitimidade da República e do Estado Democrático de Direito. Por fim, observou-se que a dignidade da pessoa humana apresenta-se como uma cláusula aberta para a incorporação de novos direitos ao rol constitucional já existente e que, na qualidade de princípio fundamental, ela desempenha funções que a diferenciam dos demais princípios constitucionais. Conclui-se que, apesar de sua polissemia, o que dificulta eventual tentativa de conceituar o princípio, a dignidade da pessoa humana efetivamente constitui qualidade inerente de cada pessoa humana que a faz destinatária do respeito e proteção tanto do Estado quanto das demais pessoas, impedindo que ela seja alvo não só de quaisquer situações desumanas ou degradantes, mas também garantindo-lhe direito de acesso a condições existenciais mínimas. Porém, por outro lado, a dignidade implica considerar que a pessoa humana é chamada a ser responsável não somente por seu próprio destino, mas também pelo das demais pessoas humanas, sublinhando-se, assim, o fato de que todos possuem deveres para com a sua comunidade. Área: Direito Constitucional. Edição 2003, 142p. Este livro pode ser adquirido no site www.jurua.com.br.



FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA (Coleção Temas de Direito Administrativo nº 14)

SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA, é juiz federal da 5ª Vara Criminal, em São Paulo. O propósito do autor foi articular duas questões de si mesmo difíceis e de visível repercussão no cotidiano da vida social. O tema dos bens públicos, das distintas funções que cumprem

e sua qualificação jus-positiva em três categorias, duas das quais diretamente vinculadas ao interesse público, e a terceira só indiretamente referida a ele, já desencadeia uma série de tópicos capazes de animar acesa discussão jurídica. Somem-se a isto as naturais dificuldades na avaliação das conseqüências extraíveis do princípio da função social da propriedade, cuja suma importância constitucional é desnecessário encarecer. Relacionar os dois temas, então, à toda evidência, é tarefa árdua que obriga a manejar com destreza a ciência e a arte da interpretação. Área: Direito Administrativo. 1ª Edição/2005, 166 p.. Este livro pode ser adquirido no site www.malheiroseditores.com.br.

AMOR SUBLIME



foto de arquivo pessoal

Era um coração que se apaixonava ao primeiro olhar. Bastava um doce "oi, como vai" para derrubar qualquer barreira e lá esta ele, vulnerável a amores fúteis, furiosos e passageiros. Mas esse coração habitante de um corpo vazio, ansioso por se dividir em novos seres, sabia haver um amor capaz de preenchê-lo.

E houve... Ao primeiro sinal do novo coração, o já habitante se exultou de felicidade. Apesar do compasso acelerado do coraçãozinho, batiam uníssono e se alegravam mutuamente. Não houve, a partir de então, um só momento de solidão. O coração já habitante reclamava de certo desconforto, mas logo se recuperava com esse amor cicatrizante. Acompanhou toda a evolução daquele novo ser e se preparou para a emoção de tê-lo nos braços.

Foram meses de espera sem agonia. Cada momento único, imprevisível e apaixonante. Não existia melancolia nem ansiedade, apenas paciência e carinho.

Os minutos, as horas, os dias passam e os corações ligados por um cúmplice cordão umbilical, jamais separados enquanto um se materializa. Jamais desligados enquanto formam-se um só. As horas, os dias, os meses vão se passando e concretizando o sonho lindo e materno do novo ser.

Rebento...

Toda dor que em um instante se sobrepõe ao sentimento mágico, desaparece quando o coraçãozinho ganha liberdade e chora se anunciando. Dor que não é mais sentida e fica na lembrança como parte da grandeza do ser capaz de procriar. Só há, agora, a pureza do rostinho sujo e ainda inchado, mas tão lindo quanto a visão de um anjo. Serena o coração e lhe dá um novo alento só sentido por esses corações maternos, alheios a qualquer desventura do corpo. Agora o novo coração já pulsa livre em um corpo só seu. Corpinho miúdo, porém completo. Pulsa agora em sua plenitude.

O coração já habitante, apaixonado e preparado, dedica-se ao novo ser de forma íntegra e cálida, muitas vezes se esquecendo de si próprio, pulsando para o outro, feliz e realizado, delegando funções únicas: aos braços, os abraços de proteção, aos seios, o alimento.

Como não pertencer a este coração e se entregar aos seus domínios, mesmo com toda a clareza do papel de responsabilidade? Faz-se tudo por ele.

E, de repente, o coraçãozinho sorri, depois fala, depois anda e...

Cresce, pleno em sua condição ímpar de ser. Ah, coraçãozinho que aprende e, acima de tudo, ensina nos fazendo chorar de emoção ou mesmo de remorso. Passam-se os anos de descobertas, novas todos os dias. Perde-se a graça do falar errado e se ganha a eloquência infantil porém sábia que é capaz de nos ensinar a sermos melhor.

Despretensiosamente.

Opá, mas o que é isso? Uma nova emoção? Vamos começar de novo?

O coração já habitante sente um novo pulsar, algo diferente do primeiro, mas igualmente apaixonante. Algumas sensações incomodam um pouco mais, mas também não se sobrepõem à emoção.

Que lindo! Será um coraçãozinho irmãozinho ou irmãzinha? É claro que não importa pois será tão bem vindo quanto foi o primeiro. O velho coração vive todo o processo novamente com a mesma alegria, paciência, carinho e... pronto, aí está o coraçãozinho irmãzinha de rostinho doce e meigo, com cabelos encaracolados.

Agora são três. O coração já habitante daquele corpo vazio, agora tem dois companheirinhos. Como será daqui para frente? Como amar aos dois pequeninos corações? Simples, responde o coração, dividindo em duas partes iguais para amar cada coraçãozinho igualmente, cheio de felicidade.

Então os três corações crescem juntos e plenos. Se integram e se entregam. Amam-se, incondicionalmente, para sempre.

Angélica Olivieri
Oficial de Justiça/F. Execuções Fiscais/Capital

Parabéns Osasco!



servidores do Juizado de Osasco e foto área do Município

No dia 18 de outubro o JEF/Osasco completou um ano de atendimento. Durante esse período foram julgados 12.624 processos dos 19.091 que chegaram ao Fórum, ou seja, 66% do total. Detalhe: 11.305 ações referiam-se à revisão de aposentadoria. Ricardo de Castro Nascimento, juiz federal presidente do JEF/Osasco e os servidores comemoram um ano de trabalho.

"Normalmente o juiz precisa de uma grande dose de equilíbrio e racionalidade. Atuar num Juizado exige algo mais. É preciso, também, trabalhar a emoção. São inúmeras histórias de vida que nos deparamos a todo momento, não dá para ter distanciamento. Aqui nós julgamos o Brasil verdadeiro, é um banho de vida real". "A Justiça mais bem equipada, moderna, que usa tecnologia de ponta, está no Juizado. Sua opção preferencial são os pobres. O funcionário que trabalha aqui tem que ter, sobretudo, compromisso com essa proposta. Ele tem que vestir a camisa".

Distribuição de mudas



O Instituto Nacional de Preservação Ambiental (INPA) realizou a distribuição de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica entre os participantes da Feira de Ciências do Colégio e Faculdades Drummond, nos dias 21 e 22 de outubro.

As mudas foram adquiridas com a verba resultante da venda do lixo recolhido nos fóruns da Capital e Grande São Paulo, no período de agosto/setembro, destinado à reciclagem.

Em fevereiro deste ano, a JF/SP criou o "Programa de Gestão Ambiental" em parceria com o INPA e a Associação Amigos do Futuro, voltado para a preservação do meio ambiente, mediante ações educativas em escolas de ensino fundamental e ensino médio.

D.O. via Internet

A leitura do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União (D.O.U e D.J.U), via Internet, começa a ser implementada no próximo dia 16 de novembro. A redução das assinaturas já foi solicitada à Imprensa Nacional e, a partir desta data, apenas um exemplar dos jornais será enviado aos fóruns para eventuais dificuldades no acesso on-line.

Esse procedimento vai gerar economia de R\$ 338 mil e diminuição de consumo de papel em 76% (de 100 para 24 toneladas). "O resultado da semana de testes foi positivo, não

tivemos nenhuma reclamação quanto ao acesso on-line dos jornais", disse Rogério Riston Ramos, diretor do Núcleo de Apoio Administrativo (NUAD).

Os servidores poderão opinar sobre esse assunto, bem como sobre os demais de competência do NUAD (transportes, correios, segurança, etc.), por meio do correio eletrônico nuad@jfsp.gov.br

Natal Solidário

É hora das compras! A comissão organizadora do 5º Natal Solidário já está comprando os brinquedos para o fim-de-ano e promete uma festa muito maior que a dos anos anteriores. "Estamos trabalhando arduamente para estender o evento a Grande São Paulo", disse a juíza federal Maria Isabel do Prado. Juízes e servidores participam voluntariamente do

evento que é dirigido especialmente para o terceirizado e sua família. O 5º Natal solidário é uma parceria entre a Justiça Federal e a Associação dos Juizes Federais do Estado de São Paulo (AJUFESP). Este ano ele será realizado no dia 11 de dezembro, na rua Tabatinguera, 192 (Sindicato dos Bancários).

Arrecadação de alimentos



A 4ª Campanha de Solidariedade da JF/SP está a pleno vapor desde a primeira semana de outubro, recebendo alimentos não perecíveis destinados à população carente. Os servidores da Seção de Acompanhamento Funcional (SUAF), responsáveis pelo evento, avisam que arroz, feijão, enlatados, farinhas, açúcar, sal, óleo, macarrão, molhos, leite em pó, são bem-vindos. Confira os nomes das instituições beneficiadas na caixa de coleta de seu Fórum e faça sua doação até o próximo dia 25 de novembro. Participe.

Impressoras com defeito

Segundo previsão do Núcleo de Informática (NUIF), até dezembro, 190 impressoras começam a ser consertadas. A equipe do Núcleo já identificou os defeitos e em breve poderá contratar uma empresa para solucionar os problemas.



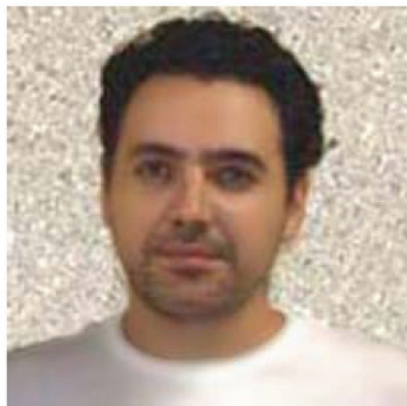
Casas André Luiz

Em novembro começa a campanha das Casas André Luiz para arrecadar cobertores, roupas, calçados e brinquedos. O Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz, assiste a deficientes mentais e físicos e realiza um trabalho voltado a gestantes.

carentes e seus filhos, incluindo assistência médica, odontológica e distribuição de cestas básicas. A dica é do servidor Randall Álvares Barbosa, do JEF/SP. Visite o site da entidade, www.feal.com.br

“A IDÉIA É APRENDER PELO FAZER”. A OFICINA DE REDAÇÃO ESTÁ ABERTA, SEJA BEM-VINDO!

Uma nova política está surgindo, voltada para a valorização dos recursos humanos e as respostas já começam a chegar. Assim, pouco a pouco, os próprios servidores estão criando novos espaços de atuação em prol da Instituição. A Oficina de Redação é um espaço novo. Existem outros. Ela trabalha a criatividade do servidor, como um instrumento de auto-conhecimento e de aprimoramento, que, ao fim, reverterá na qualidade da prestação jurisdicional. [Iniciada em agosto], até dezembro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, funcionário do Seção de Treinamento, SUTR, estará dirigindo a Oficina, fora de seu horário de trabalho. Ele é formado em Letras (Português/USP) e divide sua experiência (e sua paixão) por escrever bem com outros servidores. Fala, Gérri:



Informativo JF/SP - Por que "oficina" e não "curso" de redação?

Gérri - A idéia aqui é aprender, pelo fazer. Um aluno deverá perceber o quanto já sabe, ou apreender novos conceitos pela prática, escrevendo e lendo como nunca fez - ou, como sempre digo, com "olhos que nunca teve" para os próprios textos. Um curso é limitado em tema e forma. A oficina é aberta - e depende exclusivamente de quanto os alunos se dedicam e produzem. A cada semana, conforme a anterior, faço o planejamento da aula, atento tão somente ao que cada aluno apresentou em aula anterior, suas dúvidas e suas propostas. Claro, os alunos, numa oficina, têm a liberdade de propor temas e exercícios, modificando, por vezes, mesmo que nem percebam, o rumo de toda a oficina. O que não significa dizer que não haja qualquer planejamento. Apenas, a cada semana, encontro um modo de mesclar as novidades à estrutura central de todo o trabalho

Informativo JF/SP - O que distingue uma "oficina" de um "curso"? metodologia especial? relação professor-aluno?

Gérri - Metodologicamente, não haverá tantas diferenças. Muito menos em minha relação com os alunos - que será e sempre foi a mais aberta e sincera possível. Porém, para que fique bem claro, as oficinas não têm data certa para acabar e se estenderão enquanto eu puder contribuir ou enquanto houver interesse dos participantes. E, sobretudo, por se tratar de oficina, um resultado concreto é esperado. Em algum momento, quando perceber que todos os participantes controlaram a insegurança e se tornaram mais conscientes de seu texto, faremos alguma publicação e divulgaremos os resultados. Resumindo, um curso se dedica ao tema. A oficina, ao aluno.

Informativo JF/SP - quais os objetivos da oficina de redação? A que necessidades da JF ela atende?

Gérri - Nossos servidores passam a vida a escrever ofícios, minutas de sentença, memorandos ou mandados. Desnecessário dizer que, quanto maior a desenvoltura, mais rapidamente seu trabalho será feito. Se se escreve tanto, creio que o mínimo que a JF deve fazer é fornecer cursos de redação e gramática com

toda a insistência possível. Mesmo porque nunca bastará e sempre haverá algo a ser esclarecido, sempre haverá o que se rever. O objetivo desta redação, além do óbvio, é tornar estes servidores mais confiantes e capazes de enfrentar a produção de um texto mais exigente - com toda a criatividade e naturalidade que se esperaria.

Informativo JF/SP - Que assuntos são tratados na oficina? A gramática está inserida no programa? De que forma?

Gérri - A Escrita é a mais complexa das manifestações humanas. E envolve tantos e tantos aspectos de nossa inteligência, dentre os quais posso citar o poder de crítica e conhecimento de mundo. Porém, pela própria complexidade, muitos também são os fatores que nos prejudicam, inibindo a nossa capacidade criativa. Apenas para exemplificar, digo que toda Língua é produto de uma sociedade - e quanto mais desigual e pluralista esta sociedade, mais "desigual" e "pluralista" será a mesma língua. Notadamente, um indivíduo se utiliza dos recursos que apreendeu em sua língua (Social) para manifestar uma opinião ou desejo que é tão somente seu. Nesta hora, toda a insegurança, o medo de ser mal avaliado, o medo de não ser compreendido ou simplesmente "parecer pouco instruído", tudo acarretará em pressão. Logo, escrever deixa de ser uma manifestação natural para se tornar "uma violenta tentativa de expressão". Percebo que Análise Sintática, neste momento, não caberia. Antes de qualquer coisa, minha função é acabar com a insegurança e estimular a autocrítica. Quanto ao programa, muita coisa há - inclusive, Retórica.

Informativo JF/SP - Por que turmas de até 12 alunos? A que se deve a extensão do curso? Cada aula é um módulo?

Gérri - Logo soube que a turma perderia alguns alunos. Há pessoas que fazem a inscrição por impulso e quando percebem que têm que escrever e ler bem mais que o de costume, se afastam. Em verdade, as turmas são ainda menores. Primeiro, eu não teria tempo para corrigir tantas redações, uma vez que faço este trabalho além do meu trabalho habitual na SUTR. Segundo, porque começo agora a fazer entrevistas pessoais. Sim, pois não seria conveniente dizer na frente de todos o erro grave que cada um comete. E posso verificar o que cada um pensa ou quais as suas dúvidas. Estas entrevistas não levam mais que cinco ou dez minutos, mas são preciosas para que eu possa direcionar muito bem o meu trabalho. Como dito acima, não quero enforçar a oficina em módulos ou engessá-la com regras por demais burocráticas. Nos encontraremos até o começo de dezembro. Teremos nossas merecidas férias e, havendo interesse, continuaremos no próximo semestre, cada vez ampliando os conceitos e as leituras. De qualquer forma, ainda é muito cedo para avaliar o progresso das primeiras turmas. Saberemos, ao final deste ano.

Informativo JF/SP - De que maneira uma oficina de redação pode contribuir para melhorar o servidor/e/a prestação jurisdicional?

Gérri - Algum Juiz ou diretor quererá um servidor inseguro, que possui dificuldade em escrever o que lhe pedem? Naturalmente, como digo para servidores novos, o desempenho de um servidor na JF está diretamente ligado à sua capacidade de comunicação. E, em geral, a formação dos nossos servidores é muito boa. Grande parte fez ou fará faculdade e extensões, participa de cursos e tem bom esclarecimento profissional e político. O que somente os professores de português sabem é que formação não se relaciona, de maneira alguma, à capacidade de bem escrever. Um médico ou engenheiro pode bem chegar ao seu melhor nível sem saber usar corretamente uma vírgula. E tenho mesmo percebido que apesar do excelente nível, há um número razoável de servidores que têm bastante dificuldade em redigir textos, sem necessitar da ajuda de outro para correção. A solução está em treinamento, tão somente.

Informativo JF/SP - O que você espera da oficina? Ela oferece certificado, ao final?

Gérri - Espero, antes de mais nada, contribuir. Sei bem das dificuldades que enfrento, sobretudo pela falta de tempo. Não posso me dedicar tão somente a este tipo de trabalho, mas faço com toda a minha paixão pelo ofício. Desejo, neste fim de ano, ler redações corajosas, simpáticas ou corretas, feitas por quem teve a vontade de continuar e se entregar ao projeto, mesmo com tantas coisas a se fazer! Afinal, há o trabalho, a família, as contas e tudo o mais que nos toma tempo. Mas eles descobriram um tempo para investir no próprio crescimento, sabendo que colherão os frutos um dia. Para tanto, quero que todos comparem a primeira redação que fizeram com a última. Assim perceberão o quanto caminharam. Sim, ao final deste semestre receberão um certificado.

Informativo JF/SP - Há novos projetos para o ano que vem?

Gérri - Esta Seção de Treinamento é composta por profissionais apaixonados pelo que fazem, a começar por nossa supervisora, Rosa Maria, que dispensa qualquer elogio. E a nossa vontade é sempre preparar atividades agradáveis e funcionais. Da minha parte, teria imensa honra em ampliar e divulgar ainda mais as minhas idéias dentro deste Órgão. Afinal, além de servidor, sou professor de português formado pela USP, apaixonado por dramaturgia e retórica. Como posso não pensar em contribuir para o desenvolvimento de tanta gente boa?

"A IDÉIA É APRENDER PELO FAZER". A OFICINA DE REDAÇÃO ESTÁ ABERTA, SEJA BEM-VINDO!

O que eles buscam na Oficina ?

A oficina de redação começou dia 25 de agosto e se estenderá até dezembro

"Porque quero aprender a escrever bem, a redigir textos de forma clara e concisa. E ainda, porque desejo aproveitar todas as oportunidades de aprimoramento e formação oferecidas pela Instituição." **(Theura de Luna, Técnico Judiciário/1ª Vara de Execuções Fiscais – SP)**

"Eu queria algo que abordasse a redação de uma forma diferente daquela que tive no decorrer de minha formação acadêmica." **(Darci Akemi Eto/Nufo)**

"Desejei fazer esta Oficina de Redação pela oportunidade de aprender um pouquinho sobre a arte de escrever. Admiro muito quem sabe escrever e tenho uma vontade enorme de fazer o mesmo...rs. Mais do que vontade, sinto a necessidade de melhorar muito. Sei que preciso e acredito que deva ser possível. Espero aproveitar essa oportunidade... vou me esforçar bastante." **(Vanessa Frigate Nogueira/1ª Vara-Exec.Fiscais)**

"Como muitos, também gosto de escrever, mas percebi em seu primeiro curso, que existe uma "técnica" para escrever razoavelmente bem. Em meus tempos de escola, não recebi essa dica dos meus professores. Isso me abriu uma nova forma de enxergar os textos que leio e uma nova maneira de me preparar para fazer meus rabiscos." **(Jairo de Pádua Baraldi/Folha de Pagamento)**

"Resolvi fazer a oficina de redação para obter maior conhecimento de leitura de textos, saber interpretá-los e redigir melhor um texto, melhorar a organização de minhas idéias na elaboração de um texto, saber me expressar melhor; e também acho que todo curso é oportunidade de troca de conhecimento com nossos colegas de trabalho e para nos conhecermos mais, pois muitas vezes ficamos trancados em nossos setores e nem sabemos quem trabalha conosco. Devemos aproveitar a oportunidade que a Instituição nos dá de nos aperfeiçoarmos." **(Beatriz Melquiades/Arrecadação)**

"Estou fazendo a oficina para exercitar a minha capacidade de escrever, já que não tenho feito isso com frequência. É claro que com as "dicas" dadas em aula, a tendência é que os textos que eu possa vir a produzir fiquem mais claros e melhor organizados. Posso, também ajudar meus filhos nas suas redações escolares, já que minha intenção não é a de escrever um livro. Enfim, acho esta oficina uma iniciativa bastante interessante." **(Maria Angélica Olivieri /SUAP-Exec.Fiscais)**



QUER ESCREVER MAIS E MELHOR? Dez dicas de um professor de Português

1. Leia mais e melhor. Experimente: a cada mês, escolha um clássico da Literatura nacional. Em seis meses, perceberá surpreendentes resultados.
2. Revistas, alguns jornais e, sobretudo, literatura duvidosa, não contribuem em nada para o desenvolvimento de sua escrita. Leia os clássicos.
3. Não se desespere. Leia com calma e saboreie cada passagem. Perceba a forma, mais que o conteúdo.
4. Leia poesia. Fernando Pessoa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira nos ensinam mais sobre a Língua Portuguesa que qualquer professor.
5. Escreva cartas ou mensagens eletrônicas para amigos, ou para a pessoa amada, com frequência. Mas não economize nas palavras.
6. Estude outra língua românica: espanhol, italiano, francês ou romeno. Ou Latim.
7. Não acredite em fórmulas mágicas ou que cursos rápidos transformarão a sua escrita. O que funciona é prática e constante leitura. Apenas.
8. Apenas confie em bons dicionários, no Acordo Ortográfico vigente e em Gramáticas. Muitos acreditam saber e pouco sabem.
9. Veja filmes com legenda, por favor. E ouça, sim, OUÇA, muito mais música brasileira de boa qualidade. E vá ao teatro.
10. Faça Palavras Cruzadas.

Reportagem: Dorealice de Alcântara e Silva
Fotomontagem: Helio Martins Jr.